

rem do caução ou garantia à responsabilidade de Carlos Maria da Gama e Freitas Berquó.

Lisboa, 20 de Abril de 1912. — José Tristão Paes de Figueiredo, relator — Manuel de Sousa da Câmara — Sebastião A. Nunes da Mata. — Fui presente, Augusto Soares.

Está conforme. — 1.ª Secção da 2.ª Repartição da Secretaria Geral do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, em 22 de Abril de 1912. — Bernardo de Figueiredo Ferrão Freire, chefe de secção, servindo de chefe de repartição.

Nos termos do regimento e para os efeitos legais publicam-se, por extracto, os seguintes acordãos:

Processo n.º 942. — Relator o Ex.º Vogal Sousa da Câmara. — Responsável José de Matos Tavares Cardoso, na qualidade de recebedor do concelho de Trancoso, desde 1 de Julho de 1899 até 30 de Junho de 1901, foi julgado quite por acórdão definitivo de 13 de Abril de 1912, sendo a importância do débito igual à do crédito, compreendendo o saldo nas seguintes espécies:

Documentos de cobrança do Tesouro . . .	10:529#650
Documentos de cobrança de corpos administrativos . . .	5:131#190
Documentos de cobrança de conventos suprimidos . . .	266#503
Documentos de cobrança da Câmara Municipal . . .	1:567#870
Valores selados . . .	4:578#504
Dinheiro do Tesouro . . .	2#083
Dinheiro da Câmara Municipal . . .	3:664#089

Total — Réis . . . 25:739#839

que passou a débito da conta imediata.

Processo n.º 941. — Relator o Ex.º Vogal J. Dinis. — Responsável Casimiro Eugénio de Sousa Cabral na qualidade de recebedor do concelho de Alijó, desde 1 de Julho de 1903 até 30 de Junho de 1904, foi julgado quite por acórdão definitivo de 13 de Abril de 1912, sendo a importância do débito igual à do crédito, compreendendo o saldo nas seguintes espécies:

Documentos de cobrança do Tesouro . . .	36:003#887
Documentos de cobrança de corpos administrativos . . .	17:231#786
Documentos de cobrança da Câmara Municipal . . .	8:632#273
Valores selados . . .	7:757#692
Dinheiro do Tesouro . . .	2:216#471
Idem da Câmara Municipal . . .	606#603

Total — Réis . . . 72:448#712

que passou a débito da conta imediata.

Processo n.º 943. — Relator o Ex.º Vogal Dr. Aresta Branco. — Responsável Alfredo Nunes dos Santos, na qualidade de recebedor do concelho de Arronches, desde 1 de Julho de 1904 até 30 de Junho de 1906, foi julgado quite por acórdão definitivo de 13 de Abril de 1912, sendo a importância do débito igual à do crédito, compreendendo o saldo, nas seguintes espécies:

Em documentos de cobrança do Tesouro . . .	9:057#692
Documentos de cobrança dos corpos administrativos . . .	2:588#684
Valores selados . . .	3:458#688
Dinheiro do Tesouro . . .	827#946

Total — Réis . . . 15:933#010

que passou a débito da conta imediata.

Processo n.º 944. — Relator o Ex.º Vogal Sebastião Augusto Nunes da Mata. — Responsável António Carlos da Cruz, na qualidade de recebedor do concelho de Alcochete, desde 1 de Julho de 1906 até 30 de Junho de 1907, foi julgado quite por acórdão definitivo de 13 de Abril de 1912, sendo a importância do débito igual à do crédito, compreendendo o saldo, nas seguintes espécies:

Documentos de cobrança do Tesouro . . .	16:068#608
Documentos de cobrança de corpos administrativos . . .	4:079#963
Valores selados . . .	1:560#427

Total — Réis . . . 21:708#998

que passou a débito da conta imediata.

Processo n.º 952. — Relator o Ex.º Vogal António Aresta Branco. — Responsável Eduardo Coquet Pinto de Queiroz, na qualidade de fiel, Chefe da 1.ª Secção da Estação Central dos Correios do Porto, desde 1 de Julho de 1909 até 30 de Junho de 1910, foi julgado quite por acórdão definitivo de 13 de Abril de 1912, sendo a importância do débito igual à do crédito, compreendendo o saldo nas seguintes espécies:

Selos e mais fórmulas de franquia . . .	6:219#315
Selos do porteado . . .	62#345
Livrete de identidade . . .	14#500
Depósito e adiantamentos . . .	10#000
Rendimento postal . . .	18#827
Emissão de vales nacionais . . .	2:783#419

Total — Réis . . . 9:108#406

que passou a débito da conta imediata.

Processo n.º 951. — Relator o Ex.º Vogal João José Dinis. — Responsável Miguel Pinto de Freitas, na quali-

dade de recebedor do concelho do Montalegre, desde 1 de Julho de 1903 até 30 de Junho de 1905, foi julgado quite por acórdão definitivo de 13 de Abril de 1912, sendo a importância do débito igual à do crédito, compreendendo o saldo, nas seguintes espécies:

Documentos de cobrança do Tesouro . . .	7:542#158
Documentos de cobrança de corpos administrativos . . .	3:452#623
Valores selados . . .	5:304#228
Dinheiro do Tesouro . . .	4:668#427

Total — Réis . . . 20:967#436

que passou a débito da conta imediata.

Processo n.º 945. — Relator o Ex.º Vogal João Evangelista Pinto de Magalhães. — Responsável Joaquim António Nabais Caldeira, na qualidade de recebedor do concelho do Sabugal, desde 1 de Julho de 1904 até 30 de Junho de 1905 foi julgado quite por acórdão definitivo de 13 de Abril de 1912, sendo a importância do débito igual à do crédito, compreendendo o saldo, nas seguintes espécies:

Documentos de cobrança do Tesouro . . .	15:161#907
Documentos de cobrança de corpos administrativos . . .	7:489#931
Documentos de cobrança do Município . . .	1:997#163
Valores selados . . .	5:752#302
Papéis de crédito do Município . . .	33:100#000
Dinheiro do Município . . .	565#487

Total — Réis . . . 64:066#790

que passou o débito da conta imediata:

1.ª Secção da 2.ª Repartição da Secretaria Geral do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, em 16 de Abril de 1912. — Bernardo de Figueiredo Ferrão Freire, chefe de secção, servindo de chefe de repartição.

2.ª Secção

Processo n.º 911
Relator o Ex.º Vogal Nunes da Mata

Nos termos do regimento, e para os efeitos legais, publicam-se, por extracto, os seguintes ajustamentos das contas dos fiéis da Direcção dos Correios de Nova Goa, julgadas por acórdão definitivo de quitação, de 30 de Março de 1912 e encerradas sem saldo:

Responsável Panduronga Quenosa Camotim Mamay, desde 2 de Janeiro até 16 de Março de 1908, sendo a importância do débito igual à do crédito.

Responsável Hermenegildo da Assunção da Silveira, desde 16 de Março de 1908 até 30 de Junho de 1910, sendo a importância do débito igual à do crédito.

Está conforme. — 2.ª Secção da 2.ª Repartição da Secretaria Geral do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, em 9 de Abril de 1912. — António Guilherme de Araújo, chefe de secção.

Verifiquei a exactidão. — Bernardo de Figueiredo Ferrão Freire, chefe de repartição, interino.

3.ª Secção

Nos termos do regimento e para os efeitos legais publicam-se, por extracto, os seguintes acordãos:

Processo n.º 896. — Relator o Ex.º Vogal Nunes da Mata. — Responsável a Câmara Municipal do concelho da Horta, desde 1 de Janeiro até 31 de Dezembro de 1907, foi julgada quite por acórdão definitivo de 30 de Março de 1912, sendo a importância do débito igual à do crédito, compreendendo os saldos seguintes:

Em conta do município . . .	2:211#640
Em conta do empréstimo para canalização de águas . . .	1:009#910
Idem de viação . . .	#100

Total — Réis . . . 3:221#650

que passou a débito da conta imediata.

Processo n.º 897. — Relator o Ex.º Vogal Dr. Aresta Branco. — Responsável a Câmara Municipal do concelho de Vila do Conde, desde 1 de Janeiro até 31 de Dezembro de 1908, foi julgada quite por acórdão definitivo de 30 de Março de 1912, sendo a importância do débito igual à do crédito, compreendendo o saldo seguinte:

Com aplicação ao município em geral . . . 170#673

Total — Réis . . . 170#673

que passou a débito da conta imediata.

Processo n.º 868. — Relator o Ex.º Vogal Nunes da Mata. — Responsável a Câmara Municipal do concelho de Beja, desde 7 de Janeiro até 31 de Dezembro de 1912, foi julgada quite por acórdão definitivo de 30 de Março de 1912, sendo a importância do débito igual à do crédito, compreendendo o saldo seguinte:

Com aplicação ao município em geral . . .	2:445#742
Com aplicação à viação municipal . . .	2:280#741
Em conta do celeiro comum . . .	9:415#680

Total — Réis . . . 14:142#168

que passou a débito da conta imediata.

Processo n.º 898. — Relator o Ex.º Vogal J. J. Dinis. — Responsável a Câmara Municipal do concelho de

Elvas, desde 1 de Janeiro até 31 de Dezembro de 1910, foi julgada quite por acórdão definitivo de 30 de Março de 1912, sendo a importância do débito igual à do crédito, compreendendo o saldo com as seguintes aplicações:

Em conta do município . . .	1:239#080,8
Em conta do legado A. J. R. Leitão . . .	17#014
Em conta de viação . . .	920#778,2
Em conta de expostos maiores de 7 anos . . .	89#700

Total — Réis . . . 2:266#573

que passou a débito da conta imediata.

Processo n.º 900. — Relator o Ex.º Vogal Cupertino Ribeiro Júnior. — Responsável Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, desde 1 de Julho de 1910 até 30 de Junho de 1911, foi julgada quite por acórdão definitivo de 30 de Março de 1912, sendo a importância do débito igual à do crédito, compreendendo o saldo seguinte:

Em cofre . . . 51:860#592

Total — Réis . . . 51:860#592

que passou a débito da conta imediata.

Está conforme. — 3.ª Secção da 2.ª Repartição da Secretaria Geral do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, em 2 de Abril de 1912. — Augusto João Candido da Piedade, chefe da secção.

Verifiquei a exactidão. — Bernardo de Figueiredo Ferrão Freire, chefe de secção, servindo de chefe de repartição.

MINISTÉRIO DA GUERRA

5.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Com fundamento nos n.ºs 7.º e 9.º do artigo 25.º da Carta de Lei de 9 de Setembro de 1908 e em vista da urgência que há em adquirir para a Manutenção Militar o trigo necessário para ser farinado nos meses de Maio e Junho próximos, foi autorizado em Conselho de Ministros o ordenamento de antecipação de fundos da quantia disponível da verba total do capítulo 3.º, artigo 38.º do desenvolvimento de despesa do Ministério da Guerra, para o ano económico de 1911-1912, fixada por lei de 30 de Dezembro de 1911.

Em 29 de Abril de 1912. — O Ministro da Guerra, Alberto Carlos da Silveira.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção Geral dos Negócios Comerciais e Consulares

1.ª Repartição

Segundo consta da nota da Legação de França, de 29 do corrente, todos os Estados signatários da Convenção de 11 de Outubro de 1909, relativa à circulação de automóveis (*Diário do Governo* n.º 63 do presente ano), concordaram em que a mesma Convenção se tornasse aplicável a Portugal, a contar de 1 de Maio de 1912.

Direcção Geral dos Negócios Comerciais e Consulares, em 30 de Abril de 1912. — A. F. Rodrigues Lima.

2.ª Repartição

Nesta data é enviada para a Caixa Geral de Depósitos a quantia de 47#720 réis, pertencente aos espólios de Domingos Pereira Martele e Manuel Vieira Queiroz, portugueses, negociantes, estabelecidos na Praça da Marmónia, n.º 36, no Rio de Janeiro, sob a firma de Queiroz & Martele, tendo o primeiro 21 anos de idade e o segundo 28, falecendo aquele em 18 e o último em 19 de Março de 1892; nada constando relativamente às suas naturalidades e filiações, como informa o Consulado Geral no Rio de Janeiro, em officio n.º 34, de 11 de Março do corrente ano.

Direcção Geral dos Negócios Comerciais e Consulares, em 30 de Abril de 1912. — A. F. Rodrigues Lima.

MINISTÉRIO DO FOMENTO

Direcção Geral de Obras Públicas e Minas

Repartição de Caminhos de Ferro e Pessoal

Para os devidos efeitos se publicam os seguintes despachos:

Abril 29

José Lopes Ribeiro, condutor de 2.ª classe da Secção de Obras Públicas do quadro auxiliar do corpo de engenharia civil, em serviço na 3.ª Direcção das Obras Públicas do distrito de Lisboa — trinta dias de licença para se tratar, ficando obrigado ao pagamento dos respectivos emolumentos, nos termos da alínea a) do artigo 2.º do decreto de 16 de Junho de 1911 e do imposto de selo, nos termos de outro decreto da mesma data.

Abril 30

António Alexandrino Pinto, apontador de 3.ª classe — transferido da 2.ª Direcção das Obras Públicas de Lisboa para a 3.ª Direcção do mesmo distrito.

Direcção Geral das Obras Públicas e Minas, em 30 de Abril de 1912. — O Director Geral, Francisco da Silva Ribeiro.